



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Outros resultados abrangentes		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Outras reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajuste acumulado de conversão		
Em 31 de dezembro de 2022	674.940	(30.193)	37.249	126.579	(3.879)	(479)	155.084	804.217
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	155.084	155.084
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	352	(241)	-	111
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	674.940	(30.193)	37.249	126.579	(3.527)	(720)	155.084	959.412
Transações com acionistas e constituição de reservas								
Constituição de reservas	-	-	7.754	-	-	-	(7.754)	-
- Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
- Expansão e investimentos	-	-	-	109.532	-	-	(109.532)	-
Dividendos intercalares/intermediários pagos – 2023	-	-	-	(81.897)	-	-	(25.199)	(107.096)
Dividendos adicionais pagos – 2022	-	-	-	(31.499)	-	-	-	(31.499)
Dividendos adicionais propostos – 2023	-	-	-	12.599	-	-	-	-
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	-	-	7.754	8.735	-	-	(155.084)	(138.595)
Em 31 de dezembro de 2023	674.940	(30.193)	45.003	135.314	(3.527)	(720)	193.670	820.817
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	193.670	193.670
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(5.503)	348	-	(5.155)
Total de resultados abrangentes, líquido de impostos	674.940	(30.193)	45.003	135.314	(9.030)	(372)	193.670	1.009.332
Transações com acionistas e constituição de reservas								
Constituição de reservas	-	-	9.683	-	-	-	(9.683)	-
- Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
- Expansão e investimentos	-	-	-	95.159	-	-	(95.159)	-
Dividendos adicionais pagos – 2023	-	-	-	(12.599)	-	-	-	(12.599)
Dividendos intercalares/intermediários pagos – 2024	-	-	-	(78.747)	-	-	(31.499)	(110.246)
Dividendos extraordinários pagos	-	-	-	(43.467)	-	-	(38.430)	(81.897)
Dividendos adicionais propostos – 2024	-	-	-	18.899	-	-	(18.899)	-
Total das transações com acionistas e constituição de reservas	-	-	9.683	(20.755)	-	-	(193.670)	(204.742)
Em 31 de dezembro de 2024	674.940	(30.193)	54.686	114.559	(9.030)	(372)	-	804.590

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023		Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Receitas	10.207	7.661	7.401.331	6.557.558		202.927	162.124	432.829	354.373
Intermediação financeira	10.204	7.645	7.049.611	6.311.102		202.927	162.124	432.829	354.373
Prestação de serviços	-	-	364.822	246.665		4.722	3.595	118.830	100.665
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	(14.355)	(1.490)		-	-	-	-
Outras	3	16	1.253	1.281		4.123	2.947	100.839	86.720
Despesas financeiras	(218)	(350)	(6.833.214)	(6.120.954)		480	409	13.241	9.380
Insumos adquiridos de terceiros	(2.929)	(3.160)	(126.881)	(75.967)		119	239	4.750	4.565
Materiais, energia e outros	(2.386)	(2.738)	(38.341)	(42.668)		4.535	3.445	115.872	94.819
Serviços de terceiros	-	-	(86.362)	(27.711)		-	-	97.895	86.559
Outras despesas operacionais	(543)	(422)	(2.178)	(5.588)		-	-	17.977	8.260
Valor adicionado bruto	7.060	4.151	441.236	360.637		193.670	155.084	193.670	155.084
Depreciação e amortização	-	-	(7.509)	(6.727)		-	-	4.457	3.805
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	7.060	4.151	433.727	353.910		193.670	155.084	193.670	155.084
Valor adicionado recebido em transferência	195.867	157.973	(898)	463		193.670	155.084	193.670	155.084
Resultado de equivalência patrimonial	195.867	157.973	-	-		-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e, em conjunto com suas companhias controladas, "Grupo BR Partners" ou "Grupo", é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.732 – 28º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e ações negociadas em *units* na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3 S.A.") sob o código BRB111. Cada *unit* é composta por 2 ações preferenciais e 1 ação ordinária da Companhia.

Tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, quotista ou acionista, e a administração de bens próprios. Seu controle é exercido pela BR Partners Holdco Participações S.A. ("Holdco"), por meio de acordo de acionistas, o que representa 76,45% das ações ordinárias e 55,01% em 31 de dezembro de 2024 (55,01% em 31 de dezembro de 2023) do capital social total da Companhia. O Grupo está inserido em um contexto de negócios relacionados à *investment banking*, mercados de capitais, tesouraria para clientes, investimentos e *wealth management*.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Administração em 13 de fevereiro de 2025.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas de "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros" ou "Despesas de juros e perdas em instrumentos financeiros".

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final de cada período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos nas demonstrações financeiras como receitas ou despesas de juros e ganhos em instrumentos financeiros. Para o investimento no exterior que possui moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no patrimônio líquido na rubrica de "Outros Resultados Abrangentes".

c. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo.

d. Demonstrações financeiras consolidadas

No processo de consolidação das demonstrações financeiras foram eliminadas as participações, os saldos das contas de ativo e passivo, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas. Destacamos as empresas controladas (diretas e indiretas) incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Ramo de atividade	País	% Participação	
		31/12/2024 (1)	31/12/2023 (1)
Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
Holding Financeira	Brasil	99,99	99,99
Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
Banco de investimento	Brasil	99,99	99,99
Prestação de Serviços	Países-Baixos	100	100
Prestação de Serviços	Brasil	99,99	99,99
Fundo de Investimento	Brasil	100	100
Fundo de Investimento	Cayman	100	100

(1) Percentuais inferiores a 100% referem-se à participação da BR Partners Holdco Participações S.A. (Holdco).

(2) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Grupo assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

(3) Empresa constituída no primeiro trimestre de 2023, com objetivo de prestar serviços de intermediação de valores mobiliários.

(4) Empresas constituídas no terceiro trimestre de 2023, com objetivo de prestar serviços de reestruturação financeira e comissão sobre intermediação de seguros.

3. Políticas contábeis materiais

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses a partir da data de aplicação, que são conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

b. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Para o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, o Grupo realiza: (i) modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros; (ii) mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros; e (iii) requisitos sobre a contabilização de *hedge*, mantendo as principais orientações relacionadas ao reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do IAS 39.

Classificação e mensuração de ativos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensuração pelo valor justo por meio de resultados ("VJR"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e custo amortizado. A classificação depende da análise realizada no modelo de negócio e o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros ("SPPJ").

Instrumentos financeiros ao valor justo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é obter fluxos de caixa contratuais; e

- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais com apenas pagamentos de principal e juros.

O valor contábil desses ativos é ajustado para qualquer provisão para perda esperada reconhecida e a receita de juros desses ativos financeiros está incluída em "Receitas de juros e ganhos em instrumentos financeiros", utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreende instrumentos financeiros mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, ativos financeiros com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado se eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – Instrumentos de patrimônio e de dívida

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor, ou seja, instrumentos que não contém

uma obrigação contratual de pagar e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos e títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado pela combinação de obtenção de fluxos de caixa contratuais e pela venda do instrumento financeiro.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. Já os ganhos e perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

i. Avaliação do modelo de negócio e avaliação de SPPJ

A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo com base nas análises do teste de SPPJ.

O modelo de negócios reflete como o Grupo gerencia seus ativos financeiros. Isto é, avalia prospectivamente as perdas esperadas sempre utilizando como critério de provisão os valores/ procedimentos/ metodologias/ dispositivos definidos em nossos manuais internos.

A classificação dos ativos ao custo amortizado refere-se aos ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais, sendo que esses fluxos de caixa representam SPPJ, e que não são designados ao valor justo por meio do resultado, são mensurados ao custo amortizado. Essa categoria inclui empréstimos, financiamentos (operações de crédito) e outros recebíveis. Inclui-se também nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários que atendem os critérios desta categoria. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado, deduzidos das perdas para redução ao valor recuperável e a receita reconhecida por meio da utilização da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, inclui os instrumentos de dívida que em função do modelo de negócios tem como objetivo coletar os fluxos de caixa contratuais ou venda e tenham fluxos de caixa contratuais que correspondam exclusivamente aos pagamentos de principal e juros. Esses instrumentos são reconhecidos pelo valor justo, cujas variações decorrentes desse valor justo são reconhecidas em componente destacado do patrimônio líquido, na rubrica de "Outros resultados abrangentes", deduzido dos efeitos tributários, com exceção das perdas de crédito esperadas e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado, o resultado anteriormente acumulado na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.

ii. Identificação e avaliação de Impairment

Modelo de perdas em créditos esperadas: O CPC 48/IFRS 9 exige que a Companhia registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus ativos financeiros não classificados como VJR, com base em 12 meses ou por toda a vida da operação. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, a Companhia adotou os critérios de *default* e aumento significativo de risco de crédito e levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas esperadas, as características de risco de crédito das operações, seus segmentos de atuação e dos clientes, sua taxa histórica de inadimplência, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação da Companhia.

Para o critério de *default* a Companhia adota 90 dias de atraso, quanto ao critério de aumento significativo de nível de risco, a Companhia considera o diferencial de dois pontos para cima entre a classificação inicial de nível de risco da operação e a avaliação de nível de risco atual. Esse diferencial pode ser dado pela avaliação do *rating* do cliente pela Área de Crédito com a posterior aprovação em Comitê de Crédito. A Companhia avalia o perfil de risco de cada cliente sempre levando em consideração os seguintes tópicos, entre outros aspectos: i) perfil da empresa; ii) setor de atuação; iii) desempenho macroeconômico; e iv) estrutura da operação e suas garantias.

c. Instrumentos financeiros derivativos e Hedge Accounting Derivativos

Essas operações são registradas e custodiadas na B3 S.A.. A área de gestão de riscos monitora diariamente o enquadramento do Grupo aos parâmetros definidos na Política de Riscos. Essa política tem como objetivo estabelecer as tolerâncias

continua ...





BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do Comitê de Gestão do Grupo BR Partners às exposições ao risco de mercado, definir as técnicas para efetivamente gerenciar, mitigar e prevenir a exposição excessiva ao risco de mercado. O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado com base nos preços de mercado dos seus ativos-objetos ("mark-to-market"). As informações utilizadas são de fontes oficiais e a metodologia de apuração respeita o que foi aprovado internamente pela Diretoria e área de riscos. As operações atualmente têm como objetivo compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos e são contabilizadas pelo valor justo em contas patrimoniais, com os ganhos e as perdas realizadas e não realizadas reconhecidas no resultado do exercício. Os valores dos contratos ou valores referenciais são registrados em contas de compensação. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As operações que utilizam instrumentos financeiros para *hedge* de carteira, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor justo, com os ganhos e as perdas, realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Hedge Accounting

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para fins de *Hedge Accounting* estão registrados no Banco, classificado como *Hedge* de valor justo, baseado na estratégia de mitigar riscos de taxas de juros das captações, operando com contratos futuros de DI e DAP, como forma de compensar as exposições às variações no valor justo. Os riscos protegidos e os seus limites são definidos em comitê. O Banco determina a relação entre os instrumentos e objetos de *hedge* de forma que se espere que o valor de mercado desses instrumentos esteja em sentidos opostos e nas mesmas proporções. O índice de *hedge* estabelecido é sempre de 100% do risco protegido. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%. Para avaliar a eficácia da estratégia, o Grupo adota a metodologia do "*dollar offset method*", que consiste em calcular a diferença entre a variação do valor justo do instrumento de *hedge* versus a variação no valor justo do objeto de *hedge* atribuído às alterações na taxa de juros.

O Grupo mantém estrutura de *hedge* de valor justo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme evidenciado na nota explicativa 7e. **d. Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação de ativos é calculada usando o método linear para alocar custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos de uso	10 anos
Direito de uso de imóvel ⁽¹⁾	10 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 anos

⁽¹⁾ Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

e. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são representados pelo ágio pago para operar e exercer as atividades privativas de Instituições Financeiras anteriormente realizadas pelo Banco Porto Seguro S.A. no processo de cisão parcial registrada na Ata de Assembleia de Sócios do dia 30 de abril de 2012, e registrado na BR Partners Participações Financeiras Ltda. controladora do BR Partners Banco de Investimento S.A.. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzido pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

As licenças de *software* adquiridas também fazem parte do intangível e são demonstradas pelo custo histórico menos amortização e perdas por *impairment* acumuladas. A amortização, quando determinada, é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças de *software* adquiridas durante a vida útil estimada em contrato.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares e outros intangíveis	1 a 5 anos
Ágio – licença adquirida	Indeterminado

f. Passivos financeiros

Os passivos são demonstrados pelos fluxos de caixa conhecidos ou calculáveis, deduzido das correspondentes despesas a apropriar e acrescido dos encargos e variações monetárias (em base "*pro-rata*") e cambiais incorridos até a data de encerramento do balanço.

g. Tributos sobre lucros

As despesas de tributos sobre lucros compreendem o imposto de renda ("IRPJ") e contribuição social ("CSLJ") correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Para a Controladora e a BR Partners Assessoria Financeira Ltda., o imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Para o BR Partners Banco de Investimento S.A., a provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício; a provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. Para as empresas BR Partners Gestão de Recursos Ltda., BR Partners Mercados de Capitais Ltda., BR Partners Assessoria em Reestruturação Financeira Ltda. e BR Partners Corretora de Seguros Ltda. utiliza-se o método do lucro presumido para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social, aplicando as taxas nominais sobre o lucro presumido apurado com base em suas receitas operacionais e sobre suas receitas financeiras, sendo 32% de presunção de lucro, 15% para imposto de renda, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 por trimestre e 9% para a contribuição social, respectivamente. Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

h. Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados conforme segue: Passivos contingentes: são constituídos levando em conta, a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o Grupo provisiona a integralidade do processo, para perda avaliada como possível, apresenta-os em nota explicativa, e para perda avaliada como remoto, não há divulgação nas demonstrações financeiras. Os registros de processo judicial de natureza ativa e passiva no âmbito cível, tributário e trabalhista estão apresentados na nota explicativa 20b.

i. Arrendamento

Conforme CPC 06(R2)/IFRS 16, um contrato é ou contém um arrendamento se transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação. Assim, a Companhia passa a reconhecer os ativos de direito de uso que representam seus direitos de utilizar os imóveis e os passivos de arrendamento que representam sua obrigação de pagar o arrendamento de tais imóveis.

j. Capital social

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação, até o valor do capital representado por essas ações preferenciais e o direito de receber um dividendo mínimo obrigatório de acordo com as diretrizes do Estatuto Social da

Companhia, bem como pela Lei 6.404/76.

k. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

l. Receita de contrato com cliente

O reconhecimento da receita ocorre quando o serviço é concluído e entregue ao cliente.

Reconhecimento de receitas com prestação de serviços

A receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços, bem como o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato.

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes:

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho	Política de reconhecimento da receita
Comissão, estruturação e colocação de títulos	Comissão sobre colocação e intermediação de títulos no mercado e por diversos tipos de serviços financeiros. Atua na estruturação e distribuição de produtos financeiros desenvolvidos especificamente de acordo com as necessidades de cada cliente.	A receita é reconhecida em um momento específico do tempo, no momento da colocação do título, por meio de taxas e percentuais de comissão contratuais, sendo também estipulado em contrato a data de pagamento.
Administração e gestão de ativos	A BR Partners assessora seus clientes no processo de gestão de ativos e administração de carteiras de fundos, bem como no segmento de <i>wealth management</i> .	O reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelo recebimento mensal de taxas de gestão cobrados pelo serviço prestado.
Assessoria e consultoria financeira – <i>Investment Banking</i>	A BR Partners oferece serviços de consultoria financeira e estratégica relacionada a fusões e aquisições, captação de recursos, parcerias estratégicas, <i>joint ventures</i> e reestruturação societária.	O reconhecimento da receita se dá em um momento específico do tempo, quando há o atingimento das obrigações por desempenho estabelecidos em contrato. Reconhecimento da receita se dá ao longo do tempo, pelas obrigações firmadas em contrato, na assessoria financeira e apoio na reestruturação de negócios.

m. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente e as informações sobre o julgamento são revisadas anualmente pelas áreas da Administração.

Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da controladora e suas controladas em continuarem operando normalmente e está convencida de que essas empresas possuem recursos para dar continuidade os seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras em CPC/IFRS foram preparadas com base nesse princípio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consistem, principalmente, em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, incluindo derivativos e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O valor justo de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Os instrumentos financeiros são categorizados dentro de uma hierarquia com base no nível mais baixo de informação, que é significativo para a mensuração do valor justo. Para instrumentos classificados como Nível 3, utilizamos nosso próprio julgamento para chegar a mensuração do valor justo.

Baseamos as nossas decisões de julgamento no nosso conhecimento e observações dos mercados relevantes para os ativos e passivos individuais e esses julgamentos podem variar com base nas condições de mercado. Ao aplicar o nosso julgamento, analisamos uma série de preços e volumes de transação de terceiros para entender e avaliar a extensão das referências de mercado disponíveis e julgamento ou modelagem necessária em processos com terceiros. Com base nesses fatores, determinamos se os valores justos são observáveis em mercados ativos ou se os mercados estão inativos. A

Consolidado	VJR	VJORA	Custo			Saldo em
			amortizado	Nível 1	Nível 2	
Ativos financeiros						
Títulos públicos						
- Letras financeiras do tesouro (LFT)	354.910	–	–	354.910	354.910	–
- Letras do tesouro nacional (LTN)	425.016	–	–	425.016	425.016	–
- Notas do tesouro nacional (NTN-B)	7.884.500	–	–	7.884.500	7.884.500	–
- Títulos públicos de governos estrangeiros	20.308	–	–	20.308	20.308	–
Derivativos						
- Swap	834.744	–	–	834.744	–	743.896
- NDF (<i>non-deliverable forward</i>)	196.357	–	–	196.357	–	196.357
- Opções	18.817	–	–	18.817	–	18.817
- Futuros	21.272	–	–	21.272	21.272	–
Títulos privados						
- Certificados de recebíveis imobiliários	152.762	857.201	–	1.009.963	–	1.009.963
- Certificados de recebíveis do agronegócio	64.427	30.012	–	94.439	–	94.439
- Debêntures	97.906	75.688	–	173.594	–	173.594
- Cédula do produto rural	–	74.766	–	74.766	–	74.766
- Notas comerciais	–	25.901	–	25.901	–	25.901
- Cédula de crédito imobiliário	90.517	–	–	90.517	–	90.517
Cotas de fundo de investimento ⁽¹⁾						
- Cotas de fundo de investimento	182.871	1.316.089	–	1.498.960	61.059	1.320.007
Operações de crédito e outros créditos	–	–	346.523	346.523	–	–
Outros ativos financeiros ao custo amortizado						
- Câmbio	–	–	1.139.273	1.139.273	–	–
- Serviços a receber	–	–	83.821	83.821	–	–
- Reembolso de clientes	–	–	33	33	–	–
- Outros	–	–	6.788	6.788	–	–
Caixa e equivalentes de caixa	–	–	575.235	575.235	–	–
Total	10.344.407	2.379.657	2.151.673	14.875.737	8.767.065	3.729.440
Passivos financeiros						
- Recursos de clientes	–	–	2.627.471	2.627.471	–	–
- Recursos de emissão de títulos	–	–	1.841.558	1.841.558	–	–
- Recursos de operações compromissadas	–	–	8.056.208	8.056.208	–	–
- Outros passivos financeiros	–	–	1.139.273	1.139.273	–	–
Derivativos						
- Swap	170.417	–	–	170.417	–	170.417
- NDF (<i>non-deliverable forward</i>)	107.118	–	–	107.118	–	107.118
- Opções	17.837	–	–	17.837	–	17.837
- Futuros	21.943	–	–	21.943	–	21.943
Total	317.315	–	13.664.510	13.981.825	21.943	277.535
						17.837
						317.315

continua ...

www.brpartners.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Consolidado	Custo amortizado		Total	Saldo em		
	VJR	VJORA		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros						
Títulos públicos						
- Letras financeiras do tesouro (LFT)	251.984	-	251.984	251.984	-	251.984
- Notas do tesouro nacional (NTN-B)	6.530.897	-	6.530.897	6.530.897	-	6.530.897
- Títulos públicos de governos estrangeiros	28.921	-	28.921	28.921	-	28.921
Derivativos						
- Swap	110.772	-	110.772	-	110.772	110.772
- NDF (non-deliverable forward)	98.664	-	98.664	-	98.664	98.664
- Opções	4.924	-	4.924	-	-	4.924
- Futuros	21.826	-	21.826	21.826	-	21.826
Títulos privados						
- Certificados de recebíveis imobiliários	228.927	315.982	544.909	-	544.909	544.909
- Certificados de recebíveis do agronegócio	64.626	28.537	93.163	-	93.163	93.163
- Debêntures	139.199	187.806	327.005	-	327.005	327.005
- Cédula do produto rural	-	49.904	49.904	-	49.904	49.904
- Notas comerciais	-	125.154	125.154	-	125.154	125.154
- Cédula de crédito imobiliário	308.905	-	420.976	-	308.905	308.905
Cotas de fundo de investimento (1)						
- Cotas de fundo de investimento	164.787	483.067	647.854	67.600	478.326	101.929
Operações de crédito e outros créditos	-	-	199.686	-	-	-
Outros ativos financeiros ao custo amortizado						
- Câmbio	-	-	943.937	-	-	-
- Serviços a receber	-	-	50.733	-	-	-
- Reembolso de clientes	-	-	3.724	-	-	-
- Outros	-	-	477	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	287.188	-	-	-
Total	7.954.432	1.190.450	1.597.816	10.742.698	6.901.228	2.136.802
Passivos financeiros						
- Recursos de clientes	-	-	2.057.405	-	-	-
- Recursos de emissão de títulos	-	-	607.683	-	-	-
- Recursos de operações compromissadas	-	-	5.680.720	-	-	-
- Outros passivos financeiros	-	-	943.937	-	-	-
Derivativos						
- Swap	292.922	-	292.922	-	292.922	292.922
- NDF (non-deliverable forward)	104.673	-	104.673	-	104.673	104.673
- Opções	4.561	-	4.561	-	-	4.561
- Futuros	23.381	-	23.381	23.381	-	23.381
Total	425.537	-	9.289.745	9.715.282	23.381	397.595

(1) Para os Fundos de Investimento em Participações ("FIP") que integram os valores da rubrica de "Cotas de fundo de investimento", foi emitido laudo de avaliação por empresa especializada a ser objeto de apoio a conclusão da Administração na avaliação de perda por redução ao valor recuperável - cuja conclusão não indicou redução ao valor recuperável (impairment) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

ii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo - Nível 2

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado (títulos públicos e privados)	Títulos públicos: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos públicos consiste em capturar as taxas e curvas divulgadas pelo mercado para cada vencimento de título público, obtendo assim o <i>MIM (Mark to Market)</i> ao multiplicar pela quantidade existente em carteira. Títulos privados: A metodologia utilizada para o cálculo de valor justo dos títulos privados consiste em capturar as taxas dos respectivos indexadores (Pré, CDI, IPCA, IGPM, etc.), calcula-se então os juros e o valor futuro das operações multiplicando pelo principal, e após capturar suas respectivas curvas, obtém-se então o <i>MIM</i> trazendo a valor presente pela respectiva curva no vencimento do título.	Não aplicável	Não aplicável
Instrumentos financeiros derivativos (Swap, NDF)	Modelos de Swap: O valor justo é calculado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas dos fluxos de caixa futuros de taxas pós-fixadas são baseadas em taxas cotadas de Swap, preços futuros e taxas de juros de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados utilizando uma curva construída a partir de fontes similares e que reflète a taxa de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado para esta finalidade ao precificar Swap de taxa de juros. A estimativa do valor justo está sujeita a um ajuste de risco de crédito que reflète o risco de crédito do Grupo e da contraparte, calculado com base nos spreads de crédito derivados de <i>Credit Default Swaps</i> ou preços atuais de títulos negociados. Swap de fluxo de caixa: o valor justo (MIM) corresponderá ao somatório dos MIMs de cada fluxo (conforme metodologia descrita acima), onde a data de início e de vencimento dos fluxos serão aplicadas em substituição a data inicial e de vencimento da operação, e também o saldo remanescente em substituição ao principal. NDF: O produto NDF (Non Deliverable Forward), ou mesmo Contrato a Termo, é um contrato de balcão de compra e venda futura de um ativo objeto, por paridade negociada entre as partes. Por ser um contrato de balcão, o tamanho do contrato, bem como a data de vencimento são livremente pactuados entre os participantes. Ademais, a liquidação se dá exclusivamente por diferença (liquidação financeira) entre o preço de mercado na data de vencimento do contrato (ou outras datas, no caso de asiático) e o preço acordado (no caso de posição comprada para posição vendida, é o oposto), não havendo, desta forma, a entrega física do ativo objeto. O valor justo de uma NDF é obtido estimando um valor futuro com base no preço atual do ativo objeto, levado até o vencimento pelas respectivas curvas construídas a partir de fontes similares e que refletem as taxas de referência interbancária relevante utilizada pelos participantes do mercado e trazidas a valor presente pela respectiva curva de mercado.	Não aplicável	Não aplicável

iii. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo - Nível 3

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros a valor justo por meio de resultado - Cotas de fundo de investimento em participações	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco.	Os fundos de investimentos em participações que possuem investimentos em companhias de empreendimentos imobiliários e comerciais, nas quais dependem de fatores não observáveis de mercado, que utiliza entre outras premissas as expectativas e projeções de resultados futuros, taxas de crescimentos, taxas de descontos e taxas de inflação entre outros.	O valor justo estimado poderia aumentar (diminuir) se: - o fluxo de caixa esperado fosse maior (menor); ou - a taxa de desconto ajustada ao risco fosse menor (maior).
Instrumentos financeiros derivativos - Opções	O valor justo (preço) de uma opção, ou seja, o seu prêmio é dado pela possibilidade de exercício da mesma. De um modo mais específico, ele é dado pela possibilidade imediata de exercício ou pela possibilidade de ser exercida posteriormente. Assim, o apuração do prêmio consiste em dois tipos de valores, respectivamente: • Valor intrínseco: que só existe quando o valor do ativo no mercado à vista for superior ao preço de exercício no caso de opção de compra e ao contrário para a opção de venda. Portanto, uma opção <i>in-the-money</i> possui valor intrínseco. • Valor temporal: é a diferença entre o prêmio e o valor intrínseco da opção. De modo que esse valor depende do preço do ativo objeto, tempo de vencimento da opção, da volatilidade esperada das cotações do ativo objeto, da taxa de juros e no caso da ação como ativo objeto, os dividendos esperados como demonstrado abaixo: Preço do ativo objeto: de acordo com a relação do preço do ativo objeto no mercado à vista com o preço de exercício da opção, as opções podem ser classificadas como: i. Opção <i>in-the-money</i> (dentro do dinheiro): preço do ativo objeto é superior ao preço de exercício da opção no caso da opção de compra e inferior no caso da opção de venda; ii. Opção <i>at-the-money</i> (no dinheiro): preço do ativo objeto é igual ao preço de exercício da opção para opção de compra e venda; iii. Opção <i>out-of-the-money</i> (fora do dinheiro): preço do ativo objeto é inferior ao preço de exercício da opção para opção de compra e superior para opção de venda. • Tempo: quanto maior o tempo para o vencimento da opção, maior é o valor do prêmio, pois maior será a probabilidade de exercício; • Volatilidade: quanto maior e mais frequentes as oscilações de preço, maior será a imprevisibilidade de exercício e, portanto, maior será o risco do lançador o que decorre em um prêmio maior também; • Taxa de Juros: representa o custo de oportunidade de adquirir o ativo objeto, de modo que quanto maior esse custo do dinheiro mais vantajoso se torna comprar a opção do que comprar diretamente o ativo objeto. No caso da opção de compra essa relação é inversa. • Dividendo: quanto maior é a expectativa do pagamento de dividendos maior será o benefício de adquirir a ação e, portanto, maior será o prêmio da opção. O valor temporal reduz-se gradualmente até atingir o valor zero na data de vencimento da opção.	Os dados não observáveis utilizados na mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (Opções) classificados como Nível 3 são: • taxas de juros, • preços de ativo objeto e • a volatilidade	Variações significativas em quaisquer desses <i>inputs</i> isolados ou combinados podem resultar em alterações significativas no valor justo.
Instrumentos financeiros derivativos - Swap	Os ajustes a valor justo, proveniente dos custos de financiamentos de determinados contratos de derivativos, refletem as mudanças no valor justo desses contratos dado o seu perfil de fluxo de caixa no tempo e/ou pelas garantias atreladas.	Os dados não observáveis utilizados na metodologia de valor justo de alguns swaps estão relacionados às taxas de captação interna.	Variações significativas nas taxas de captação interna podem resultar em alterações relevantes no valor justo.

iv. Conciliação dos valores justos de Nível 3

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação de todos os ativos e passivos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3) durante os anos de 2024 e 2023:

• Cotas de fundos de investimento

	VJR FIP Outlet (1)	VJR BR FIM (1)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	75.948	15.712	91.660
Aquisição de cotas (2)	-	3.000	3.000
Variação líquida no valor justo	4.271	2.998	7.269
Saldo em 31 de dezembro de 2023	80.219	21.710	101.929
Aquisição de cotas (3)	-	6.000	6.000
Variação líquida no valor justo	7.736	2.230	9.966
Saldo em 31 de dezembro de 2024	87.955	29.940	117.895

(1) Vide nota de rodapé apresentada na nota explicativa 3n(1).

(2) Cotas adquiridas em 15 de setembro de 2023.

(3) Cotas adquiridas em 27 de julho de 2024.

• Opções

	VJR - Opções Ativo	VJR - Opções Passivo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.657	(2.762)	(1.105)
Prêmios pagos (recebidos)	8.564	(7.746)	818
Variação líquida no valor justo	(1.921)	2.701	780
Resultado líquido no período	(3.376)	3.246	(130)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.924	(4.561)	363
Prêmios pagos (recebidos)	59.693	(81.331)	(21.638)
Variação líquida no valor justo	(5.475)	14.050	8.575
Resultado líquido no período	(40.325)	54.005	13.680
Saldo em 31 de dezembro de 2024	18.817	(17.837)	980
• Swap			Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023			-
Novas operações			59.046
Variação líquida no valor justo			31.802
Saldo em 31 de dezembro de 2024			90.848

v. Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados como Nível 3

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. Dada a subjetividade descrita acima e o pequeno número desses instrumentos na carteira da Companhia, a análise de sensibilidade é executada individualmente para cada instrumento financeiro.

4. Gerenciamento de risco

No curso normal de suas operações, o Grupo está exposto a diversos riscos financeiros, sendo divididos em: mercado, crédito, liquidez e gestão de capital. As políticas de gestão de risco do Grupo visam definir um conjunto de princípios, diretrizes e responsabilidades que norteiam as atividades pertinentes ao gerenciamento de riscos, alinhado com a estratégia de negócios das empresas que fazem parte do Grupo BR Partners. Esses riscos contam com uma estrutura de políticas e com os seguintes comitês: Comitê de Risco e Compliance, Comitê de Crédito, Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) e Comitê de *Underwriting*, observando-se as suas responsabilidades e atribuições. Para a efetividade do gerenciamento de risco, a estrutura prevê a identificação, avaliação, monitoramento, controle, mitigação e a correlação entre os riscos. Os limites são monitorados pela área de Gestão de Riscos. A área Gestão de Riscos se reporta diretamente à Diretoria, atuando, portanto, de forma independente das áreas de negócio.

a. Limites operacionais

A Gestão de Capital é exercida pela Administração do Grupo BR Partners e visa assegurar que a análise da suficiência do

continua ...





BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

capital (índice de baseleia) seja feita de maneira independente e técnica, levando em consideração os riscos existentes e os inseridos no planejamento estratégico.

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Consolidado		
Patrimônio de Referência (PR) – (a)	1.077.498	747.889
Nível I	833.550	675.124
Capital principal	613.508	675.124
Capital complementar	220.042	–
Nível II	243.948	72.765
Letras Financeiras Subordinadas Elegíveis a Capital	243.948	72.765
Exposição total ponderada pelo risco – (b)	5.992.233	4.117.764
Risco de Crédito	3.812.736	2.527.930
Risco de Mercado	1.750.868	1.254.485
Risco Operacional	428.629	335.349
Índice de Baseleia – (a/b)	17,9%	18,2%
Capital de Nível I	13,9%	16,4%
Capital de Nível II	4,0%	1,8%

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os limites estão enquadrados de acordo com o mínimo requerido pelo Banco Central do Brasil (mínimo requerido 10,5%).

b. Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de incorrer em perdas devido a flutuações adversas de preços, taxas de mercado, ações e *commodities* nas posições da carteira do Grupo. A gestão de risco de mercado é definida como o processo contínuo de identificação, mensuração, avaliação, mitigação, monitoramento e reporte das exposições decorrentes de posições detidas em câmbio, taxas de juros, ações e *commodities*, com o objetivo de mantê-las dentro dos limites regulatórios e de gestão que são estabelecidos nos respectivos comitês internos e reportados à Diretoria.

i. Gerenciamento de risco de mercado

O Grupo segrega suas exposições ao risco de mercado entre carteiras *Trading* e *Banking*. A carteira de *Trading* inclui posições proprietárias, que são representadas por instrumentos financeiros ativos e passivos geridos com base no valor justo. A carteira *banking* é predominantemente caracterizada por operações do negócio bancário e relacionadas à gestão de instrumentos financeiros ativos (títulos e valores mobiliários) e passivos (captção) do Grupo.

O Comitê de Ativos e Passivos ("ALCO") é o responsável por estabelecer limites para cada tipo de risco em agregada e por tipo de carteiras, mitigando e prevenindo a exposição ao risco de mercado. A política de risco de mercado, revisada anualmente, define a estrutura de gestão de risco de mercado.

ii. Exposições ao Risco de Mercado – Carteira Trading

Os principais tipos de riscos dessa carteira são câmbio, taxas de juros, índice de preços e taxas de inflação. A ferramenta utilizada para medir e controlar a exposição ao risco de mercado na carteira de *trading* do Grupo é o *Value-at-Risk* ("VaR"). O VaR de uma carteira *trading* é a perda máxima estimada que pode ocorrer com uma probabilidade especificada (nível de confiança), durante um período determinado, considerando movimentos adversos do mercado. O modelo de VaR utilizado pelo Grupo é o paramétrico, baseado em um nível de confiança de 99%, para perdas diárias.

O modelo de VaR utilizado é baseado em uma abordagem paramétrica, com as volatilidades diárias calculada para cada fator de risco através da metodologia EWMA ("Exponentially Weighted Moving Average"), aplicando-se um fator Lambda de 0,96 (com base em um período efetivo de 126 observações). Além disso, calcula-se a correlação entre os retornos diários dos fatores de risco, resultando na criação de uma matriz de correlação que é aplicada no cálculo do VaR da carteira.

Embora o VaR é uma importante ferramenta para mensurar o risco de mercado, as premissas nas quais o modelo é baseado possuem algumas limitações, incluindo:

- O uso de volatilidades e correlações, com base em dados históricos, para prever o comportamento futuro dos fatores de risco pode não fornecer resultados precisos, especialmente se houver dados insuficientes de períodos de intensa volatilidade nos mercados financeiros;

- Um nível de confiança de 99% não reflete perdas que podem ocorrer além desse nível. Mesmo dentro do modelo utilizado, há uma probabilidade de 1% de que as perdas possam exceder o VaR calculado;

- O VaR é calculado no final do dia e não reflete exposições que podem surgir em posições durante o dia de negociação.

A estrutura geral dos limites de VaR está sujeita a revisão e aprovação pelo ALCO e sua mensuração é realizada diariamente, de modo a garantir o devido monitoramento do risco de mercado. Mensalmente são submetidos relatórios para aprovação do ALCO e, também, são realizados *back-testing* como forma de validar os modelos calculados.

Apresentação dos valores de VaR (no ano) – Carteira Trading

	Fechamento	
	31/12/2024	31/12/2023
(Em milhares de Reais)		
- Taxa de Juros	177	15
- Índice de Preços/Taxa de Inflação	541	125
- Moeda Estrangeira	113	512
- Outros	180	46
Total sem correlação	1.011	698
Total com correlação	696	304

iii. Exposições ao Risco de Mercado – Carteira Banking

O principal risco ao qual a carteira *banking* está exposta é o risco de perda devido a flutuações nos fluxos de caixa futuros ou no valor justo dos instrumentos financeiros por causa de uma mudança nas taxas de juros de mercado, índice de preços e taxa de inflação. O ALCO é o comitê responsável pelo monitoramento e conformidade dos limites diários para essa carteira.

Os riscos da carteira *Banking* são calculados com base nos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros elegíveis, com base na metodologia Delta NII, conforme estabelecido pelo regulador. A análise de sensibilidade para instrumentos na carteira *Banking* sujeitos ao risco de mercado, inicia-se com a classificação das exposições por fatores de riscos. O Grupo aplica choques paralelos nas respectivas curvas de juros como metodologia de análise de sensibilidade, acompanhando o comportamento das exposições e os *gaps* de cada fator de risco. A metodologia utilizada para definir as mudanças razoavelmente possíveis nos fatores de riscos para um período de 1 ano, considera intervalos de probabilidade de 95% e 99%, com base em um período histórico de 10 anos para cada fator de risco.

Para analisar a sensibilidade, foram definidos possíveis cenários de stress, cujos choques foram aplicados às operações contidas na carteira *Banking*, considerando as mudanças que afetariam negativamente as posições do Grupo, com base nos dados de mercado nas respectivas datas.

Os choques utilizados em cada cenário estão descritos abaixo (em Delta NII de milhares de Reais):

Taxa de Juros

Os fatores de risco estão relacionados com instrumentos financeiros (ativos e passivos) que são sensíveis a alterações nas taxas de juros. Os choques foram calculados considerando os fluxos de caixa desses instrumentos financeiros.

- Cenário 1: +11pb (0,1% a.a.) na taxa de juros em Reais.
- Cenário 2: +54pb (0,5% a.a.) na taxa de juros em Reais.
- Cenário 3: +69pb (0,7% a.a.) na taxa de juros em Reais.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Carteira						
Banking	2.925	13.888	17.690	2.427	11.523	14.678
Total	2.925	13.888	17.690	2.427	11.523	14.678

Índice de Preços/Taxa de Inflação

São exposições sensíveis a variações nas taxas de cupom relacionadas a índices de preços e taxa de inflação. Os choques foram calculados sobre os fluxos de caixa dos instrumentos financeiros (ativos e passivos).

- Cenário 1: +20pb (0,2% a.a.) no índice de preços/taxa de inflação em Reais.
- Cenário 2: +57pb (0,6% a.a.) no índice de preços/taxa de inflação em Reais.
- Cenário 3: +83pb (0,8% a.a.) no índice de preços/taxa de inflação em Reais

	31/12/2024			31/12/2023		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Carteira						
Banking	4.444	12.527	18.304	1.966	5.541	8.097
Total	4.444	12.527	18.304	1.966	5.541	8.097

c. Risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, a desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A mensuração e o acompanhamento das exposições ao risco de crédito abrangem todos os instrumentos financeiros capazes de gerar risco de contraparte, tais como títulos privados, derivativos, garantias prestadas, eventuais riscos de liquidação das operações, entre outros. O Grupo avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, com relação aos contratos com cliente.

O Risco de Crédito é monitorado utilizando, principalmente, as seguintes métricas:

- Exposição potencial futura para derivativos;
- Exposição corrente de crédito (valor presente das operações);
- Enquadramento nos limites de risco de crédito, tanto individuais e consolidados; e

- Concentração da carteira, segregando as operações por tipo de produto, prazo, grupo econômico, tamanho, setor de atuação e região geográfica.

O risco de crédito do Grupo decorre das operações estruturadas como Debêntures, Cédulas de Crédito Bancário ("CCB"), Cédulas de Crédito Imobiliários ("CCI"), Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"), Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), Cédula do Produto Rural ("CPR"), Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") e Notas Comerciais ("NC"). Adicionalmente, a fim de oferecer proteção de caixa para os fluxos dos clientes, a Companhia também realiza operações com instrumentos financeiros derivativos. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e à Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

O critério adotado para a inadimplência parte da análise inicial da qualidade de crédito da contraparte, estimando um *rating* para o cliente, o limite a ser concedido e as garantias que serão exigidas de acordo com o risco que o cliente representa e com base nestes dados são estimadas as perdas decorrentes de inadimplência daquela contraparte.

A Companhia avaliou que o risco de crédito dos ativos financeiros não aumentou significativamente na data do relatório, com relação aos contratos com cliente. Para os títulos privados, o Grupo avaliou o risco de crédito e concluiu que a perda por redução do valor recuperável é de R\$ 15.806 para os próximos 12 meses (R\$ 7.201 em 31 de dezembro de 2023). No nível da controladora não há nenhum saldo a ser divulgado nas demonstrações financeiras.

Reversão por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidos no exercício foram:

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

i. Exposição ao risco de crédito

	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Controladora		
Ativo financeiro ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	2	2
brAAA (1)	2	2
Consolidado		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado		
Títulos públicos	8.684.734	6.811.802
brAAA (1)	8.664.426	6.782.879
A-1+	20.308	28.923
Títulos privados	405.612	741.657
AA (2)	111.240	235.849
A (2)	175.822	203.012
B (2)	118.550	302.796
Cotas de fundos de investimentos (2)	23.087	37.209
B (2)	4.983	13.164
C (2)	18.104	24.045
Derivativos	1.071.190	236.186
AA (2)	122.338	105.560
A (2)	608.848	23.385
B (2)	317.384	80.491
Outras contrapartes (3)	22.620	26.750
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Títulos privados	1.063.568	707.383
AA (2)	282.969	12.703
A (2)	300.252	287.484
B (2)	434.110	407.196
C (2)	28.697	–
D (2)	17.540	–
Cotas de fundos de investimentos	1.296.920	441.117
AA (2)	271.596	404.811
A (2)	875.894	–
B (2)	130.132	11.025
C (2)	19.298	25.281

Análise dos estágios:

	Saldo em 31/12/2024				
	Estágio 1	Impairment	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	347.283	(760)	–	–	346.523
Certificados de Recebíveis Imobiliários	864.587	(6.605)	–	–	857.982
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	30.257	(246)	–	–	30.011
Cotas de Fundo de Investimento	1.322.402	(6.313)	–	–	1.316.089
Debêntures	77.331	(1.250)	–	–	76.081
Notas Comerciais	26.033	(130)	–	–	25.903
Cédula do Produto Rural	75.267	(502)	–	–	74.765
Outros Créditos	–	–	–	14.777	(14.777)
Total	2.743.160	(15.806)	–	14.777	(14.777)
					2.727.354
	Saldo em 31/12/2023				
	Estágio 1	Impairment	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	200.012	(326)	–	–	199.686
Certificados de Recebíveis Imobiliários	318.031	(2.049)	–	–	315.982
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	28.762	(225)	–	–	28.537
Cotas de Fundo de Investimento	484.384	(1.317)	–	–	483.067
Debêntures	189.575	(1.769)	–	–	187.806
Notas Comerciais	126.418	(1.264)	–	–	125.154
Cédula do Produto Rural	50.155	(251)	–	–	49.904
Total	1.397.337	(7.201)	–	–	1.390.136

Não houve alteração conceitual na alocação dos estágios quando comparado com as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

d. Risco de liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade do Grupo não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Adicionalmente, define-se como risco de liquidez a possibilidade de o Grupo não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. Os controles de risco de liquidez visam identificar quais seriam os impactos no caixa do Grupo dado a aplicação de cenários adversos na condição de liquidez. Estes impactos levam em consideração tanto fatores internos do grupo quanto fatores externos. O caixa do Grupo é gerenciado de forma centralizada pela área de Tesouraria. O controle do risco de liquidez no Grupo BR Partners é realizado pela área de Riscos e pelo ALCO por meio de ferramentas como o Plano de Contingência de Risco de Liquidez, o RML (Reserva Mínima de Liquidez), o controle de esgotamento do caixa, a avaliação diária das operações com prazo inferior a 90 (noventa) dias e a aplicação de cenários de stress nas condições de liquidez do Grupo.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem *accrual* de juros contratuais acrescidos sobre os saldos contábeis na respectiva data base.

	Total contábil em 31/12/2024	Consolidado – Fluxos de caixa contratuais			
		3 meses ou menos	3-12 meses	1-3 anos	Mais que 3 anos
Ativos financeiros					Saldo Projetado
- Caixa e equivalentes de caixa	575.235	575.235	–	–	575.235
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado	9.273.217	8.068.272	275.465	235.103	1.635.851
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2.379.657	–	36.286	238.954	6.658.121

continua ...





BR PARTNERS

BR Advisory Partners Participações S.A.

CNPJ/MF nº 10.739.356/0001-03

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d. IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

As seguintes alterações/emissões de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram adotadas pelo Grupo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

• **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras"**: determina que para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, devem possuir o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. As alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alteração ao IAS 16 – "Arrendamentos"**: a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (*sale and leaseback*). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024.

• **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"**: a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (*Supplier Finance Arrangements* (SFAs)) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

e. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). Na data de autorização destas demonstrações financeiras, o Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas abaixo.

• **Alterações ao IAS 21 "Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio intituada falta de conversibilidade"**: as alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis. Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da entidade ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre partes participantes de mercado em condições econômicas vigentes. A Administração espera que a aplicação dessas alterações não tenha impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo no futuro.

• **IFRS 18 "Apresentação e divulgações nas demonstrações financeiras"**: a IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação

de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação. As novas exigências da IFRS 18 são:

- Apresentar categorias específicas e subtópicos definidos na demonstração do resultado;
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras;
- Melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

O Grupo deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anual iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando o Grupo aplicar a IFRS 18. Essa norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Salienta-se, ainda, que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis no Brasil não emitiu – até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas –, o pronunciamento contábil correspondente ao IFRS 18. A Administração da Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas no futuro.

• **IFRS 19 "Subsidiárias sem responsabilidade pública"**: essa norma permite que uma subsidiária elegevil divulgação reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegevil para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis em IFRS. A Administração do Grupo não espera que a IFRS 19 seja aplicada nas demonstrações financeiras consolidadas. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que: i) somos responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; e ii) revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia"), relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo (SP), 13 de fevereiro de 2025
Marcelo Nóbrega da Costa
Diretor Financeiro

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em conformidade com o artigo 27, § 1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29/03/2022, declaramos que: i) somos responsáveis pelas informações contidas neste arquivo; e ii) revisamos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia"), relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo (SP), 13 de fevereiro de 2025
Marcelo Nóbrega da Costa
Diretor Financeiro

DECLARAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Prezados Conselheiros,

Os membros do Comitê de Auditoria da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia"), órgão não-estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia, em atendimento ao item 3.1 (iv) de seu Regimento Interno, revisou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O Comitê de Auditoria, com base nas informações prestadas pelos auditores independentes KPMG, bem como nas discussões mantidas e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Informações Financeiras.

Permanecemos à disposição para qualquer esclarecimento adicional que venha a ser requerido por V.Sas.

São Paulo (SP), 13 de fevereiro de 2025

Comitê de Auditoria
Luiz Henrique Lobo

Marcelo Nóbrega da Costa

Carla Alessandra Trematore

A Diretoria

Hideo Antonio Kawassaki – Contador CRC 1SP 184.007/0-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Administradores da

BR Advisory Partners Participações S.A.

São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BR Advisory Partners Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BR Advisory Partners Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração de instrumentos financeiros

Veja as notas explicativas 3.0 e 6 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia possui aplicação em instrumentos financeiros representados por cotas de fundos de investimento em participações classificadas como nível 3 na hierarquia de valor justo. Esses fundos possuem investimentos em ações de companhias fechadas, sem cotação em bolsa ou mercado ativo, registrados pelo seu valor justo. A mensuração do valor justo foi efetuada por meio do método de fluxo de caixa descontado, a qual considera premissas e expectativas de projeções de resultados futuros das companhias investidas, tais como: taxas de crescimento, taxas de desconto e taxas de inflação, estabelecidas internamente pela Administração

Devido à relevância e às incertezas relacionadas as premissas para a determinação do valor justo dos fundos que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras da Companhia, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:

- Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da técnica de avaliação (fluxo de caixa descontado) e a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados na preparação do laudo, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto e taxas de inflação;

- Análise, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas da adequação dos cálculos matemáticos incluídos em tais laudos de avaliação; e

- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros classificados como nível 3, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

A demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de

ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Forneçemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2025.

KPMG KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP 027.685/O-0 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP 153.569/O-0

www.brpartners.com.br



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>